

# **Desenvolvimento Regional Impulsionado por Projetos de GNL: A Necessidade de um Plano de Desenvolvimento Integrado<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup>Este documento não representa a posição dos intervenientes que trabalham na província de Cabo Delgado nem pretende dar indicações sobre os caminhos que devem ser seguidos pelo governo. O documento pretende criar uma discussão sobre o desenvolvimento regional mais amplo da província de Cabo Delgado tendo os projectos extractivos e de GNL como catalisadores.

## CONTEÚDOS

1	Introdução.....	3
2	Contexto.....	5
2.1	Estado de Desenvolvimento .....	5
2.2	Desenvolvimento de Projectos .....	7
2.3	Planos Existentes Para o Desenvolvimento da Região .....	8
2.4	Sinopse .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3	A Plataforma Multi-Stakeholder para Cabo Delgado.....	11
3.1	Papéis e Responsabilidades das Partes Interessadas .....	12
3.1.1	<b>Governo moçambicano</b> .....	12
	Governo Provincial.....	14
	Governos Distritais.....	14
	Doadores e Instituições Financeiras de Desenvolvimento .....	15
	Sector Privado .....	16
	Sociedade Civil .....	16
4	ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	17
4.1	Conteúdo local .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.2	Planeamento de Palma.....	17
4.3	Financiamento de PMEs.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
4.4	Pemba - Corredor de Lichinga.....	17
5	Conclusão.....	18

## 1 INTRODUÇÃO

O potencial da indústria emergente do gás no Norte de Moçambique para catalisar o desenvolvimento tem atraído um interesse significativo do Governo, dos Doadores e das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD), das Organizações Não-Governamentais (ONG)/ Organizações da Sociedade Civil (OSC) e do Sector Privado. O potencial reconhecido - tanto durante a construção como subsequentemente durante a implementação de múltiplas fases de desenvolvimento do Gás Natural Liquefeito (GNL) - incluindo a participação e o benefício do desenvolvimento de competências, a aquisição de bens e serviços, o desenvolvimento de indústrias de apoio e derivadas e as operações previstas - fluxos de receitas faseadas - gerou um frenesim de discussões tanto sobre o potencial como sobre as possibilidades, e ao fazê-lo promoveu níveis crescentes de coordenação e colaboração dentro e entre grupos de partes interessadas.

Em conjunto, estas discussões estão a conduzir a um crescente alinhamento das partes interessadas relativamente ao que é **necessário para transformar as expectativas, interesses e disponibilidade das partes interessadas para trabalharem em conjunto no desenvolvimento de uma estratégia e plano operacional para capturar o potencial de desenvolvimento catalítico do GNL**. Uma iniciativa que emergiu destas conversas é a **Plataforma Multi-Stakeholder para a Região Norte de Moçambique**. Esta plataforma procura reunir as partes interessadas de múltiplos sectores (Governo, Sector Privado, Doadores/IFDs, ONG/OSCs) para trabalharem em colaboração para o desenvolvimento integrado e sustentável da região. Alguns dos principais temas estratégicos identificados até à data incluem:

- (i) A necessidade de **uma forte apropriação governamental** das discussões da plataforma, tanto a nível provincial como central;
- (ii) A necessidade de um **plano de desenvolvimento regional integrado** que estabeleça as bases para o desenvolvimento, articulando simultaneamente os resultados a curto, médio e longo prazo;
- (iii) A **disponibilidade dos intervenientes para coordenar e colaborar** no sentido de assegurar que o desenvolvimento do GNL conduza a resultados de desenvolvimento mais amplos, tanto a nível regional como nacional;
- (iv) A importância da **partilha e recolha de informação** na diminuição da duplicação de esforços;
- (v) A necessidade de **abordar as infraestruturas resilientes** e a insegurança como temas num plano de desenvolvimento integrado.

Este documento estabelece tanto a necessidade como as opções para o desenvolvimento de um **plano liderado pelo governo** para promover as ligações entre a indústria do GNL e o desenvolvimento socioeconómico de base mais ampla na região norte de Moçambique, especialmente na Província de Cabo Delgado.

Primeiro, o documento aborda o **contexto** - especificamente o estado de desenvolvimento no Distrito de Palma e na Província de Cabo Delgado; a Fase 1 dos planos de desenvolvimento das Áreas 1 e 4 do GNL, e os diferentes planos elaborados para o desenvolvimento socio-económico

da região. Conclui reiterando a necessidade de um plano integrado para o desenvolvimento liderado pelo Governo de Moçambique.

Em segundo lugar, introduz a Plataforma Multi-Stakeholder para a Região Norte como um veículo para apoiar o governo na elaboração dos planos referidos. Descreve-se em seguida os papéis potenciais dos principais intervenientes, incluindo o Governo (nacional, provincial e distrital), Doadores e Instituições Financeiras de Desenvolvimento, Sector Privado, Organizações da Sociedade Civil (OSC)/ Organizações Não-Governamentais (ONG) e o público na promoção do desenvolvimento regional integrado.

Por fim, destacam-se os temas principais para discussão identificados pela MSP, e os desenvolvimentos dos grupos de trabalho até à data.

Este documento é o resultado da colaboração e contribuição das partes interessadas de todas as indústrias e organizações com um interesse particular no desenvolvimento sustentável do Norte de Moçambique. **O documento não pretende representar os pontos de vista ou opiniões de qualquer interessado ou organização, mas sim ser um conglomerado de ideias e perspectivas dos principais interessados.** A Plataforma Multi-Stakeholder na Região Norte de Moçambique ("MSP") foi o principal veículo para a colaboração e co-criação do presente documento.

## 2 CONTEXTO

### 2.1 Estado de Desenvolvimento

O Distrito de Palma é caracterizado por infraestruturas rodoviárias limitadas, serviços de saúde e educação e serviços de utilidade pública. Segundo o censo de 2017, a população do distrito é de aproximadamente 60.000 habitantes. A cidade principal Palma Sede tem uma população de aproximadamente 25.000 habitantes, embora a população tenha crescido recentemente devido a deslocamentos internos associadas à insegurança, ciclones e perda de vias de abastecimento. A economia de Palma Sede é típica das pequenas cidades que servem populações rurais com actividade económica limitada. Fora de Palma Sede, a população reside em aldeias rurais e costeiras e opera meios de subsistência com base na agricultura, pesca e/ou pequenas empresas. Com acesso limitado à saúde e educação, a maioria da população não completou o ensino formal e, conseqüentemente, as taxas de alfabetização são baixas. Não há experiência de desenvolvimento de megaprojectos em grande escala e, conseqüentemente, a participação da mão-de-obra do período de construção será em grande parte como mão-de-obra não qualificada, enquanto as micro e pequenas empresas locais não poderão fornecer bens e serviços ao projecto de GNL.

A ligação entre o Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado e mais além envolve a passagem por vários distritos costeiros, incluindo os distritos de Mocímboa da Praia, Macomia e Quissanga. As características socioeconómicas destes distritos são semelhantes às de Palma e, por conseguinte, pode argumentar-se que um plano de desenvolvimento integrado deve não só considerar o potencial catalítico do GNL, mas também o crescimento inclusivo nos distritos próximos. Esta abordagem é ainda mais importante dada a crescente insegurança e a sua associação com oportunidades económicas limitadas para a população local. Finalmente, embora as vias de acesso de Pemba a Palma tenham melhorado substancialmente na última década, recentemente o colapso das pontes devido às fortes chuvas e inundações levou à perda das vias de abastecimento aos distritos do Norte (e aos projectos de GNL).

Em termos mais gerais, embora os recursos naturais da província sugiram possibilidades de desenvolvimento da agricultura, silvicultura, mineração, pesca e turismo, estas oportunidades ainda não foram concretizadas. Em parte, isto deve-se à falta de um ambiente favorável, incluindo desafios na segurança do acesso à terra e da posse; falta de uma população qualificada e/ou orientada para o mercado; e, infraestruturas (estradas), serviços privados e públicos limitados. Em conjunto, estes desafios sugerem que a transformação não será espontânea nem ocorrerá a curto prazo. Dito de outra forma, enfrentar os desafios fundamentais exigiria o desenvolvimento de uma estratégia e de um plano que abordasse o desenvolvimento em múltiplos sectores com resultados a curto, médio e longo prazo.

Além disso, e tal como aludido acima, desde finais de 2017 Cabo Delgado tem assistido ao desenvolvimento de uma nascente insurreição armada que tem tido um impacto negativo na segurança em vários distritos da província. Os ataques de grupos armados desconhecidos dentro de Cabo Delgado continuam a ser uma ameaça credível e constante à segurança da região e ao desenvolvimento integrado da província, incluindo aos projectos de GNL. Até à data, os grupos armados não têm parecido coalescer como um grupo com uma missão pública. A resposta do governo tem sido a de visar os grupos, mas até à data não foi articulada qualquer visão mais ampla de desenvolvimento integrado.



**Figura 1:** Área de Influência do Projecto de GNL

DRAFT

## 2.2 Desenvolvimento de Projectos

As instalações das Áreas 1 e 4 GNL serão desenvolvidas num local de +/-6000 ha localizado na Península de Afungi, Distrito de Palma, Província de Cabo Delgado. Tanto as joint ventures das Áreas 1 e 4 desenvolverão potencialmente múltiplas fases de Comboios de GNL dentro da área do DUAT das GNL. Para a Área 1, o plano inicial de desenvolvimento compreende dois comboios de GNL (ou seja, instalações de processamento de GNL) num total de 12,88 MTPA. A Decisão Final de Investimento para a Área 1 foi tomada em Junho de 2019 e o EPC recebeu um NTP em Julho de 2019, dando assim início ao período de construção de 5 anos. O primeiro gás está previsto para 2024. Para a Área 4, o plano inicial de desenvolvimento compreende dois comboios num total de 15,2 MTPA. A Decisão Final de Investimento (FID) para o Projecto está prevista para 2021.

Para a Área 1, o período de construção de 5 anos envolve o desenvolvimento de infraestruturas offshore que permitem o desenvolvimento dos campos de gás e a transferência do gás para a instalação de GNL em terra. Uma vez em terra, o gás será limpo de impurezas e convertido em líquido através do arrefecimento do gás até  $-160^{\circ}\text{C}$ . O gás natural liquefeito será armazenado em tanques de armazenamento especialmente isolados antes de ser carregado em petroleiros construídos para o efeito e exportado para mercados internacionais para regaseificação. As Áreas 1 e 4 construirão e operarão cada uma as suas próprias instalações de GNL, embora a construção e operação de infraestruturas comuns seja levada a cabo pela Área 1. Para a Área 1, a mão-de-obra de pico durante a construção é de aproximadamente 14.000 trabalhadores, a maioria dos quais será uma mão-de-obra internacional qualificada com experiência na construção da instalação de GNL. Até 3.000 trabalhadores não qualificados serão provenientes de comunidades vizinhas.



**Figura 2:** Planos de Desenvolvimento de Projectos das Áreas 1 e 4 no DUAT

O projecto MozLNG desenvolveu planos de gestão ambiental e social para abordar potenciais impactos e riscos ambientais e sociais associados ao desenvolvimento do projecto. Embora os planos de gestão social estejam centrados na gestão dos impactos e riscos da construção, a maioria dos programas componentes estão relacionados com questões de desenvolvimento humano e/ou socioeconómico, incluindo planeamento espacial e urbano, educação, saúde, imigração induzida pelo projecto, diversificação económica, desenvolvimento empresarial, etc. Existem oportunidades significativas para ligar estes planos de gestão a planos de desenvolvimento sectorial mais vastos, contribuindo assim para os resultados do desenvolvimento.

## 2.3 Planos Existentes Para o Desenvolvimento da Região

### Planos Relacionados aos Megaprojetos GNL

O Governo de Moçambique está concentrado em utilizar a industrialização como um veículo para o desenvolvimento económico do país. A descoberta de grandes recursos de gás na bacia do Rovuma fornece a base para a industrialização impulsionada pelo gás.

A visão do Governo para a industrialização impulsionada pelo gás é articulada num Plano Mestre do Gás de 2014. O Plano prevê a utilização dos recursos de gás para aumentar a industrialização através do processamento primário (GNL, gasoduto, electricidade) e do processamento secundário (metanol, fertilizante, GTL, etc.). O desenvolvimento destas indústrias é um objectivo-chave do Governo como um passo para um crescimento inclusivo. Para apoiar o Plano Mestre do Gás, o Instituto Nacional do Petróleo (INP) lançou um concurso inicial para projectos de gás doméstico em 2016 e seleccionou três projectos para receber gás doméstico inicial e desenvolver projectos, no ano seguinte. Estes foram Yara - para fertilizantes; Shell - para GTL; e GLA - para produção de electricidade em Nacala. Estes projectos encontram-se actualmente em fase de viabilidade. Se os projectos de fertilizantes e GTL avançarem, é provável que se situem dentro do parque industrial descrito abaixo, ou no canto noroeste da área do DUAT de GNL.

A fim de facilitar este crescimento, o Governo prevê a criação de um **parque industrial no distrito de Palma** e mais especificamente na área de Afungi, com um porto para facilitar a circulação de insumos e produtos acabados. A área seleccionada é de 18.000 ha a sul da zona do DUAT de GNL, destinada ao desenvolvimento industrial, comercial e residencial. Durante 2013, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), a entidade estatal de hidrocarbonetos, comissionou um *draft layout* para este projecto. O relatório final que foi entregue em Dezembro de 2013 teve uma visão abrangente<sup>2</sup>. Em apoio ao parque industrial e ao desenvolvimento geral de Palma, o Ministério dos Transportes e Comunicações tem vindo a desenvolver planos para a criação de um porto comercial na região de Palma. O local seleccionado para o porto situa-se no canto noroeste da zona do DUAT de GNL.

## Planos de Desenvolvimento Regional

Para dar resposta ao crescimento exponencial previsto para a Região norte, tanto a nível económico como populacional e urbano, diferentes planos foram desenvolvidos para a criação e organização do que poderá vir a ser a “Cidade de Palma”. Para além destes, vários planos tem surgido para a região e província de Cabo Delgado no geral, muitas procurando catalisar o crescimento do norte e potenciar efeitos de *trickle down* para a população Moçambicana. A tabela abaixo consolida os vários planos dos quais a plataforma MSP tomou conhecimento ao longo dos últimos meses:

	1 Plano da Cidade do Gás	2 PGU de Palma	3 Plano de uso de terra
<b>Planos para Palma</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Renco-energy, comissionado pela ENH</li> <li>20,000 ha Afungi península</li> <li><b>Dono:</b> ENH</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>18,000 ha Afungi península</li> <li>Entregue ao distrito pelo GoM</li> <li><b>Dono:</b> MTA, District of Palma</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Menção feita previamente a um plano de uso do solo</li> <li><b>Dono:</b> Desconhecido</li> </ul> 
	<b>Planos para a Região</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano estratégico de desenvolvimento de Cabo Delgado</li> <li>Carteira de projetos</li> </ul> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo de viabilidade do Banco Africano</li> <li>Investimento em infraestrutura e hubs de processamento agrícola</li> </ul> 

**Começando por Palma**, o plano de ordenamento do território (*Plano Geral de Urbanização de Palma*, 2013<sup>3</sup>), que abrange uma área de 18.000 ha na Península de Afungi (em torno do DUAT do Projecto), estabelece planos para o desenvolvimento de uma área industrial proposta (5.000 ha), área residencial (2.000 ha), comércio e serviços (256 ha), o estabelecimento de infraestruturas sociais e a integração de oito comunidades locais<sup>4</sup>. Durante 2018, uma filial da ENH, ENH Logistics (ENHL) encomendou um estudo actualizado.<sup>5</sup> O âmbito do estudo inclui a preparação do *Plano Director para uma "Cidade do Gás"* prevista. O Plano Director da Cidade do Gás indicará áreas residenciais, sedes de empresas/ distritos, áreas industriais, bem como todas as infraestruturas necessárias para uma povoação que poderá exceder 200.000 habitantes em anos futuros. O *Plano de Uso de Terra* foi mencionado em algumas conversas da plataforma MSP por representantes governamentais, mas até à data não temos clareza sobre o propósito e os autores do mesmo.

<sup>3</sup> O relatório foi preparado pela Traçus Arquitectos, Lda.

<sup>3</sup> <https://prezi.com/l97bmk2rxs3/plano-geral-de-urbanizacao-de-18-000-ha-em-palma/>

<sup>4</sup> Senga, Patacua, Maganja, Mondlane, Macala, Mcalanga, Incumbe, Matapata

<sup>5</sup> O Plano Director foi desenvolvido pela RENCO, uma empresa de promoção imobiliária de grande escala.

<https://www.renco.it/news/mozambique-gas-city-renco/>

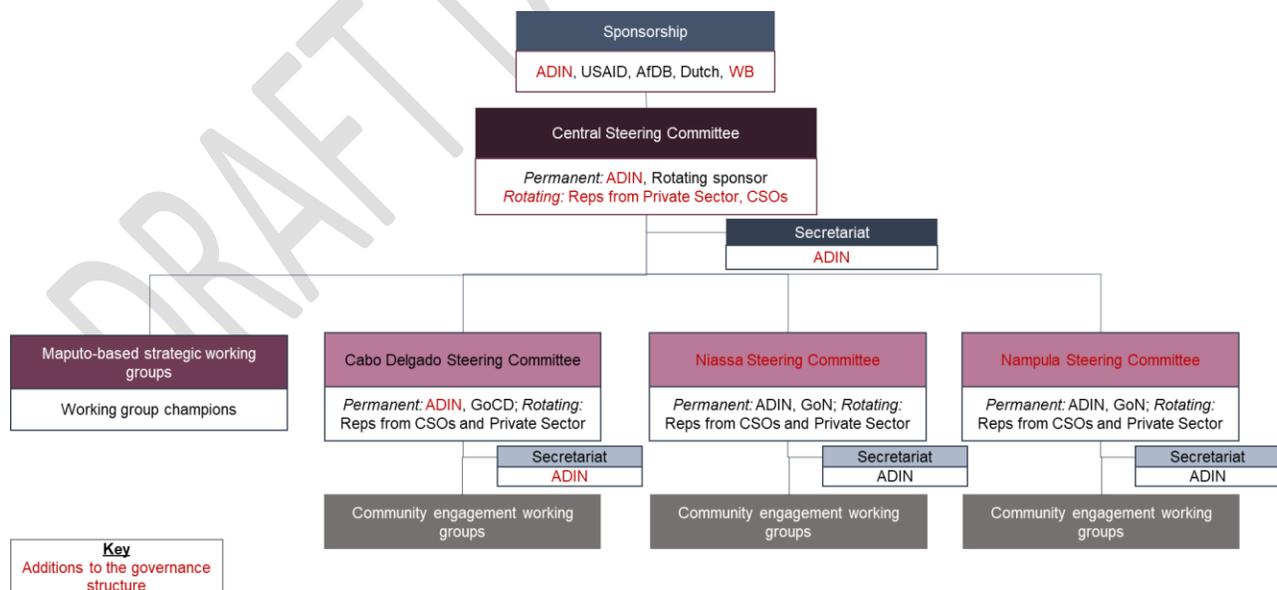
Embora estes planos tenham sido apresentados em workshops e conferências nos últimos anos, o acesso à informação sobre os mesmos não é particularmente fácil. Mais, parece haver pouca clareza em relação aos próximos passos a ser tomados para realizar os planos de urbanização para os 18,000 hectares. Depreende-se que, de momento, o Plano da Cidade do Gás, comissionado para atualizar o Plano Geral de Urbanização previamente aprovado, está pendente de financiamento e aprovação a nível distrital. Quanto aos planos pormenor a nível do distrito, o problema é semelhante, dado que os planos existem para o desenvolvimento de Palma Sede, mas a falta de financiamento e capacidade de implementação para os mesmos não permite o avanço dos planos. A estes desafios adiciona-se a agravante da insurgência e os deslocados internos, que torna o exercício de ordenamento territorial ainda mais desafiante. De modo geral, a existência de vários planos dispares para uma região alto potencial e vários desafios dificultará o processo de crescimento sustentável da mesma. Reitera-se a necessidade de um plano de desenvolvimento mais conciso e integrado no sentido de uma urbanização sustentável e justa e do crescimento regional.

O mesmo se aplica de grosso modo aos **planos para região**. A tabela acima relembra que o *governo Provincial tem os seus planos estratégicos como o PEP CD*, juntamente com uma carteira de projetos desenvolvida junto de diferentes consultores. A estes planos juntamos projetos de organizações governamentais de grande escala a ser desenvolvidos de momento. Projetos como o *corredor de Pemba-Lichinga* ou *planos de infraestruturas* para a região podem ter um forte impacto no desenvolvimento da mesma, mas deveriam sempre trabalhar em proximidade com as entidades locais para maximizar o impacto dos mesmos. Com o nascimento da ADIN, adicionar-se-á a esta lista outros planos estratégicos que devem ter em conta o trabalho já feito até à data pelas diferentes instituições referidas acima.

### 3 A PLATAFORMA MULTI-STAKEHOLDER PARA A REGIÃO NORTE

Em Moçambique, as decisões estratégicas dos sectores privado e público são frequentemente tomadas pelo governo central em Maputo, deixando a coordenação no terreno para proceder de forma *ad-hoc*, e muitas vezes desinformada. Para resolver esta situação, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Embaixada dos Países Baixos e a USAID lançaram a Plataforma Multi-Stakeholder na Região Norte de Moçambique, em Setembro de 2019. Trata-se de um fórum multiparceiros que advoga um desenvolvimento provincial inclusivo, sustentável e integrado. O MSP analisa, discute e prioriza, acompanha e monitoriza projectos de alto impacto no norte, com um enfoque inicial em Cabo Delgado. O MSP complementa o mandato da ADIN e tem potencial para ser um esforço de coordenação das iniciativas de desenvolvimento da ADIN e para a definição de uma visão de desenvolvimento alargada e partilhada.

O objectivo do MSP é que, no futuro, a ADIN assuma a liderança na gestão da plataforma e na formação das suas conversas a todos os níveis. A ADIN deverá aproveitar as plataformas de cooperação existentes no Norte de Moçambique para estabelecer uma forte presença na região, eventualmente estabelecendo grupos de trabalho dirigidos pela comunidade em cada uma das três províncias, bem como um em Maputo. Estes grupos localizados no Norte serão dirigidos pela ADIN, enquanto que os grupos de trabalho de Maputo irão impulsionar os actuais campeões dos grupos de trabalho com elevada capacidade institucional para dirigir reuniões. Um comité directivo, com participantes rotativos de diferentes sectores representados, ajudará a ADIN a dar forma às conversações e a envolver todas as partes interessadas. Dada a importância de aumentar continuamente o envolvimento do MSP com as comunidades locais, a ADIN está perfeitamente equipada para patrocinar a plataforma. Uma visão geral da estrutura de governação preliminar definida acima pode ser encontrada abaixo:



### 3.1 Papéis e Responsabilidades das Partes Interessadas

A plataforma tem como objetivo assegurar uma representação igual de todos os grupos de partes interessadas relevantes. O quadro abaixo apresenta os principais grupos de partes interessadas, bem como os seus papéis e responsabilidades na promoção do desenvolvimento regional integrado através da MSP:

<b>Governo</b> (central, provincial e distrital) <b>representado pela ADIN</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir abordagem e plano de desenvolvimento integrado</li> <li>• Fornecer mandato para o envolvimento dos principais intervenientes na entrega</li> <li>• Co-patrocinar o MSP e fomentar a sua colaboração com outras plataformas de desenvolvimento</li> </ul>
<b>Doadores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar as iniciativas dos doadores para apoiar o desenvolvimento local</li> <li>• Financiar áreas públicas chave com base no pedido do governo</li> <li>• Conceber e implementar programas sectoriais específicos alinhados com as prioridades governamentais</li> </ul>
<b>Sector Privado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envolvimento construtivo com o governo, DFIs e o sector privado em vias de desenvolvimento para a industrialização do GNL e do gás</li> <li>• Promover o alinhamento de múltiplas partes interessadas em iniciativas-chave - competências e desenvolvimento empresarial</li> <li>• Alinhar a fase de construção ESMP com um plano de desenvolvimento mais amplo</li> </ul>
<b>ONG's e OSC's</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover uma ampla participação no desenvolvimento</li> <li>• Assegurar a responsabilização do sector público, do DFIS e da Ajuda ao Desenvolvimento e do sector privado</li> <li>• Implementar programas de desenvolvimento social</li> </ul>

#### 3.1.1 Governo moçambicano

##### Governo Central

**O governo central, representado pela ADIN, é o actor-chave responsável pelo planeamento do desenvolvimento regional na região norte do país.** Neste sentido, a ADIN tem um mandato estabelecido, que é principalmente o de promover acções de desenvolvimento multiforme no Norte de Moçambique. As suas funções principais estão listadas abaixo:

- Coordenação e articulação interinstitucional
- Gestão de programas
- Promoção dos negócios, do investimento e do emprego
- Mobilização de recursos
- Promoção de acções de assistência multiforme a populações afectadas por eventos extremos
- Promoção de iniciativas socioculturais e desportivas

A ADIN é presidida por um Presidente nomeado pelo Conselho de Ministros e é composta por um Comité de Fiscalização e um Comité Executivo. O Comité de Fiscalização é composto por vários ministros, bem como secretários de estado e governadores das três províncias do norte de Moçambique. O Comité Executivo é um órgão de gestão composto por coordenadores de programas e responsável pelas áreas de apoio.

Em 2020, a ADIN pretende estabelecer a sua sede em Pemba e uma delegação em Maputo, bem como completar o plano estratégico que irá orientar as actividades das instituições. Algumas das principais prioridades da agência são:

- Responder às necessidades da comunidade em Cabo Delgado através de projectos com impacto imediato e parcerias com vários actores
- Consultar as Forças de Defesa e Segurança para avaliar o grau de segurança na região
- Definir as prioridades do Governo no Norte do país através do desenvolvimento de uma Estratégia Multisectorial para a Resiliência e o Desenvolvimento no Norte
- Concluir um acordo sobre uma plataforma de coordenação para todos os actores do Norte do país com base na experiência do MSP e PPDS (Plataforma de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Delgado, que funciona há 3 anos)

Como o último ponto indica, é uma das prioridades da agência estabelecer fortes ligações com as partes interessadas no desenvolvimento do Norte a partir de diferentes sectores, e vê valor em fazê-lo através das plataformas de coordenação existentes, tais como o MSP ou a plataforma PPDS de Cabo Delgado centrada na sociedade civil. Será um factor essencial na eficiência e impacto da ADIN alinhar esforços com todos os outros actores relevantes e comunicar eficazmente as suas intenções estratégicas aos que procuram conceber programas para o desenvolvimento da região.

À medida que a ADIN é operacionalizada, as partes interessadas do MSP expressaram o seguinte em relação às suas directivas estratégicas:

- A estratégia a curto, médio e longo prazo deve ser definida num futuro próximo
- Coordenação centralizada com o governo central e comunicação de uma estratégia clara para o Norte são as principais exigências da agência
- Intervenientes considerando o apoio orçamental da ADIN solicitando um orçamento a curto prazo mais granular e narrativa sobre a aplicação de apoio orçamental imediato
- A implementação estratégica da ADIN deve dar prioridade a iniciativas que enfrentem a comunidade
- Tem de haver um equilíbrio delicado entre o papel do governo central e do sector privado em fóruns de envolvimento, tais como o MSP
- A capacidade de estabelecer um mecanismo eficaz para a definição e entrega de projectos em todo o norte de Moçambique e em áreas específicas, por exemplo, distritos costeiros em Cabo Delgado (Figura 3) ou no Distrito de Palma (por exemplo, planeamento espacial e urbano integrado é essencial).

## Governo Provincial

Os governos provinciais da região Norte estão representados no Comité Supervisor pelo seu Secretário de Estado Provincial e Governador Provincial. Os líderes provinciais devem ter uma visão estratégica de desenvolvimento sustentável para a província, devem ter uma boa compreensão das prioridades governamentais para a província, e devem ser capazes de influenciar mudanças no paradigma existente. Além disso, o governo provincial deve também assegurar que o distrito esteja alinhado com os programas definidos ao nível do Comité Directivo do governo. Finalmente, os governos provinciais deveriam assegurar ligações entre si, elevando as cadeias de valor através da cooperação (um bom exemplo seria a cooperação em Cabo Delgado e Niassa sobre cadeias de valor agrícola dado o corredor de desenvolvimento Pemba - Lichinga nas obras).

## Governos Distritais

Os projectos de Petróleo e Gás (O&G) e outros recursos minerais estão a ser desenvolvidos nos distritos, portanto, todos os impactos associados devem ser geridos a nível distrital. No caso de Palma em específico, que representa o caso mais relevante para a conjuntura atual, é essencial que se inclua o distrito de Palma em todas as conversas sobre planeamento e ordenamento territorial da região. Como descrito anteriormente, muitos stakeholders reportam dificuldades em identificar quais os órgãos governamentais responsáveis pelos diferentes projetos e planos. A plataforma MSP pode servir de ponto de contacto entre o distrito e stakeholders geograficamente distantes dos mesmos.

Posto isto, alguns stakeholders da plataforma sugeriram a criação de um **Fórum Distrital Multilateral (DMSF)** que sirva como veículo para promover a planificação distrital através de processos inclusivos, promover a responsabilização entre as partes interessadas no desenvolvimento e criar ligações e parcerias para o desenvolvimento integrado no distrito. Por exemplo, em Palma, o **DMSF** desempenhará um papel estratégico na sensibilização das oportunidades para promover o desenvolvimento integrado e coordenado no distrito, bem como na sensibilização para as mudanças ambientais, sociais, culturais e económicas associadas ao desenvolvimento de projectos O&G em larga escala e muitas vezes impulsionadas por ele.

### 3.2 Doadores e Instituições Financeiras de Desenvolvimento

O debate bilateral com Instituições Financeiras de Desenvolvimento e Agências de Desenvolvimento demonstra um interesse significativo e disponibilidade para serem parceiros num plano de desenvolvimento mandatado pelo governo. Existem múltiplos factores que contribuem para este interesse, incluindo:

- as oportunidades de desenvolvimento associadas à construção e ao funcionamento da indústria petrolífera e do gás, incluindo o desenvolvimento de competências e a industrialização para apoiar o fornecimento local de bens e serviços
- a priorização do financiamento de infraestruturas no Norte de Cabo Delgado (já existe uma discussão em curso sobre um fundo fiduciário multiparceiros que poderia financiar a coordenação, infraestruturas-chave e programas de resiliência comunitária em linha com a estratégia do Governo)
- as oportunidades de desenvolvimento associadas à indústria de derivados e ao desenvolvimento socioeconómico mais geral
- promoção de um desenvolvimento de base ampla na região norte de Moçambique em geral, uma região que não beneficiou tanto do desenvolvimento como outras partes do país
- preocupações com a insegurança prevaiente e sugestões específicas de uma insurreição emergente que, em certa medida, pode ser combatida pelo desenvolvimento de um plano de desenvolvimento integrado focalizado que proporcione benefícios e participação à população de Cabo Delgado

Deve salientar-se que o acima referido se refere à coordenação, colaboração e parceria para além da programação regular da ajuda ao desenvolvimento sectorial. O argumento subjacente é que a oportunidade de dar o pontapé de saída e impulsionar o desenvolvimento acelerado proporciona incentivos para uma assistência sectorial ao desenvolvimento mais substancial e direccionada.

### 3.2.1 Sector Privado

Embora muita atenção esteja centrada no potencial catalítico do desenvolvimento do GNL, é importante reconhecer o papel significativo das pequenas e médias empresas (PMEs) na condução do desenvolvimento socioeconómico em toda a região e, desta forma, fornecer emprego e bens e serviços à população em geral. Para tal, é importante avaliar devidamente e subsequentemente abordar os principais constrangimentos ao desenvolvimento empresarial na região.

No que respeita ao GNL, as responsabilidades ambientais e sociais e/ou interesses associados à fase de construção do GNL incluem a Área 1:

- entregar o plano de gestão ambiental e social associado às suas operações;
- atingir objectivos de conteúdo local que incluam a requalificação da mão-de-obra e a aquisição local de bens e serviços, tanto durante a construção como durante as operações; e
- promover um crescimento sinérgico e inclusivo entre o projecto e as pessoas.

Como mencionado, os planos de gestão ambiental e social abordam questões de desenvolvimento socioeconómico e beneficiariam da capacidade de interface com planos governamentais definidos, recursos humanos, técnicos e financeiros para maximizar os seus resultados de desenvolvimento. Para além do precedente, a realização de conteúdos locais e o crescimento inclusivo requer uma abordagem multisectorial para construir uma cultura de propriedade.

### 3.2.2 Sociedade Civil

A fim de assegurar que as vozes comunitárias sejam ouvidas e incluídas nas conversações de desenvolvimento, é essencial que as organizações comunitárias se tornem uma parte central da plataforma. Desde a sua criação, os patrocinadores da plataforma deixaram claro que o MSP deve ter uma presença no Norte. A forte presença de organizações da sociedade civil garantirá também um grau de transparência e de responsabilização das iniciativas discutidas. Algumas OSC poderão mesmo representar oportunidades interessantes para os interessados em encontrar parceiros de implementação para as suas iniciativas.

## 4 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Atualmente, a plataforma MSP conta com 4 grupos de trabalho, cada um deles centrado numa componente particular do desenvolvimento económico e regional. Dois dos grupos focam-se em planeamento regional, um focando-se no Planeamento Distrital de Palma e outro no Projeto do Corredor Pemba-Lichinga. Um resumo do feedback adquirido através destes grupos segue abaixo. Informação sobre desenvolvimentos dos outros dois grupos, um focado no Conteúdo Local e outro em discussões sobre o financiamento de PME's Moçambicanas, pode ser obtido junto do secretariado da plataforma.

Os principais desafios identificados para o desenvolvimento da colaboração nos grupos de planeamento são os seguintes:

### 4.1 Planeamento de Palma

- Assegurar que todos os principais interessados (de todos os sectores) no desenvolvimento de Palma estejam representados no grupo de trabalho (GT), assegurando o nível de conhecimentos técnicos necessários para uma discussão produtiva
- Falta de comunicação e coordenação com os planos de reassentamento levaram os interessados a sugerir que algumas comunidades poderiam ser reassentadas duas vezes. Os EPCs começaram a reassentar e a distribuir terras agrícolas de subsistência, sem a total clareza da ENH quanto à forma como todas as terras nos 18.000 ha do DUAT serão distribuídas
- Importância de definir quais são os principais instrumentos de planeamento necessários para assegurar uma gestão sustentável do crescimento da região
- Alguma incerteza quanto à capacidade técnica existente a nível distrital para desenvolver planos integrados, bem como implementar os planos existentes
- Informação demográfica instável e desatualizada (principalmente devido aos povos deslocados) complica o planeamento das intervenções de desenvolvimento no Norte

### 4.2 Corredor Pemba - Lichinga

- Falta de uma definição clara e colaborativa sobre o foco geográfico e sectorial do que é abrangido pelo corredor de Pemba - Lichinga
- Falta de coordenação e sensibilização para as iniciativas existentes actualmente ao longo do corredor
- Dificuldade em obter investimentos de projectos âncora para encorajar e facilitar o avanço do agronegócio ao longo do corredor
- Importância de receber feedback e contributos de todos os intervenientes relevantes que operam geograficamente através do Corredor de Pemba - Lichinga sobre o estudo de viabilidade encomendado pelo BAFD
- Falta de visibilidade em torno dos efeitos adversos da COVID-19, e como estes afectaram a região e alteraram as exigências desde o início do estudo de viabilidade

## 5 CONCLUSÃO

Existem desafios contextuais significativos (se não barreiras) para ligar o desenvolvimento do GNL ao desenvolvimento regional e, portanto, à industrialização impulsionada pelo gás e ao aumento do desenvolvimento socioeconómico geral. Esta nota realçou como muitos dos planos de desenvolvimento para conceptual existentes permanecem na fase de concepção e não estão integrados numa estratégia de desenvolvimento global mais ampla, incluindo a identificação das condições necessárias para o desenvolvimento de produtos a curto, médio e longo prazo, etc. A coordenação entre todos os intervenientes envolvidos será essencial para assegurar que o potencial de crescimento proporcionado pelos projectos de GNL não fique por explorar.

Sobre o crescimento eminente do distrito de Palma, ressalva-se a importância de consolidar prioridades para o planeamento da região, dada a incerteza crescente sobre o futuro da região. Planos que tenham em conta os desafios da migração interna, tanto induzida pelo projeto como pela violência, terão muito mais sucesso em acompanhar a evolução da região.

A oportunidade e necessidade de colaboração aqui é significativa, e, através da Plataforma Multi-Stakeholder, todos os intervenientes do processo de desenvolvimento podem assegurar que a sua perspectiva é tomada em conta. No entanto, a MSP representa uma ferramenta de coordenação, e é o **Governo que liderará o estabelecimento de uma visão, missão e plano regional que complemente as significativas oportunidades socioeconómicas associadas ao desenvolvimento da indústria do petróleo e do gás** e, assim, estabelecer as bases para o desenvolvimento à medida que o sector do gás avança da construção para as operações e para o desenvolvimento impulsionado pelas receitas. Dado que a ADIN está prestes a começar um diagnóstico situacional para a preparação de um Plano Multissetorial de Resiliência e Desenvolvimento do Norte de Moçambique, esta nota pode servir de ponto de partida para as suas consultas e pesquisas.